

PROJETO DE PORTARIA

Artigo 1.º

Objeto

A presente portaria define regras relativas ao preenchimento das vagas para progressão ao 5.º e 7.º escalão da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.

Artigo 2.º

Requisitos para progressão

1 – A progressão ao 5.º e 7.º escalão da carreira dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário depende da verificação dos requisitos cumulativos referidos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD).

2 – Nos termos do n.º 4 do artigo 37.º do ECD, a obtenção das menções **qualitativas** de *Excelente* e *Muito Bom* na avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão, permite que esta se efetue ao 5.º e 7.º escalão sem dependência do cumprimento do requisito da existência de vaga.

Artigo 3.º

Vagas

O número de vagas para a progressão ao 5.º e 7.º escalão é estabelecido por total nacional por escalão, e fixado anualmente por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da educação.

Artigo 4.º

Lista anual

1 – Os docentes posicionados no 4.º e 6.º escalão a quem tenha sido atribuída a menção qualitativa de *Bom* na avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão e que já tenham cumprido os restantes requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º do ECD, integram uma lista anual de graduação, de carácter nacional, ordenada por cada um daqueles escalões e por ordem decrescente, sendo a respetiva posição na lista

definida de acordo com o tempo de serviço contabilizado em dias prestado pelo docente no escalão.

2 – Caso, na ordenação das listas previstas no número anterior se verifiquem situações de empate, constituirá primeiro fator de desempate para efeito da ordenação, a avaliação de desempenho imediatamente anterior à progressão, apurada quantitativamente até às milésimas, e segundo fator de desempate, caso a igualdade subsista, a idade do docente, preferindo o mais velho.

3 – A lista anual de graduação referida no n.º 1 cessa a sua validade com o preenchimento de todas as vagas constantes do despacho a que se refere o artigo anterior.

4 – Os docentes que não tenham obtido vaga beneficiam, para efeitos de progressão, da adição do fator de compensação **365** ao tempo de serviço **em dias** prestado no escalão por cada ano suplementar de permanência nesse **mesmo** escalão.

5 – A adição do fator de compensação ao tempo de serviço prestado no escalão produz unicamente efeitos para a ordenação na lista de graduação referida no n.º 1, não se adicionando definitivamente àquele para quaisquer outros efeitos e cessando com a obtenção de vaga para a progressão do docente ao escalão seguinte.

Artigo 5.º

Procedimento

1 – O procedimento relativo ao preenchimento das vagas é **precedido da publicação do despacho a que se refere o artigo 3.º** e inicia-se em janeiro de cada ano, com a inclusão na lista de graduação desse ano dos docentes que, no ano civil anterior, tenham completado o requisito de tempo de serviço no escalão para efeitos de progressão, e reunido os demais requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º do ECD, bem como dos docentes que tenham estado integrados em listas de anos anteriores e não tenham obtido vaga.

2 – Para o efeito do apuramento do cumprimento dos requisitos cumulativos previstos nos n.ºs 2 e 3 do artigo 37.º do ECD, ou dos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas informam a Direção Geral da Administração Escolar (DGAE), entidade do Ministério da Educação responsável pela elaboração e gestão das listas de graduação da situação relativamente a cada docente.

3 – A DGAE publicita na sua página eletrónica as listas provisórias de graduação dos docentes candidatos às vagas para as progressões ao 5.º e 7.º escalão da carreira.

4 – Os docentes podem reclamar na aplicação eletrónica disponibilizada pela DGAE, no prazo de cinco dias úteis, dos seus dados constantes nas listas provisórias.

5 – Os docentes cujas reclamações forem indeferidas são notificados no prazo de 20 dias úteis a contar do dia útil posterior ao termo do prazo para a apresentação da reclamação.

6 – A não apresentação da reclamação é considerada, para todos os efeitos, como aceitação dos elementos constantes nas listas provisórias.

7 – Findo o prazo de notificação referido no n.º 5, as listas provisórias convertem-se em definitivas, contendo as alterações decorrentes das reclamações decididas como procedentes.

8 – Das listas definitivas de graduação homologadas pelo Diretor-Geral da Administração Escolar cabe recurso hierárquico a interpor no prazo de cinco dias úteis na aplicação eletrónica disponibilizada pela DGAE para esse efeito.

9 – Findos os procedimentos e, tendo em conta as vagas existentes, os docentes progridem ao escalão seguinte àquele em que se encontram mediante o preenchimento das vagas pela ordem decrescente constante da lista de graduação.

Artigo 6.º

Progressão

A progressão ao 5.º e 7.º escalão opera-se nos seguintes momentos:

- a) Para os docentes que tenham obtido as menções qualitativas de *Excelente* e *Muito Bom* na avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão – nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 37.º do ECD;**
- b) Para os docentes que tenham obtido a menção qualitativa de *Bom* na avaliação do desempenho imediatamente anterior à progressão – nos termos da alínea b) do n.º 8 do artigo 37.º do ECD, considerando-se a data da obtenção da vaga e da respetiva abertura do procedimento.**

Artigo 7.º

Serviço responsável

A Direcção-Geral de Administração Escolar é o serviço do Ministério da Educação responsável pela elaboração e gestão das listas de graduação bem como pela operacionalização das progressões ao 5.º e 7.º escalão.

Artigo 8.º

Norma transitória

Na progressão ao 5.º e 7.º escalão a realizar no ano de 2018 aplicam-se as seguintes regras:

- a) O procedimento previsto no n.º 1 do artigo 5.º inicia-se em fevereiro;**
- b) Para os efeitos da alínea b) do artigo 6.º fixa-se a data de 1 de janeiro de 2018.**

O Ministro das Finanças,

O Ministro da Educação,